



Informativo do FENASPS sindPREvs

26
anos

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

NOTÍCIAS EM DESTAQUE – 08/09/2014



Ex-diretor da Petrobras citou políticos que receberam propina, diz revista

Paulo Roberto Costa fez acordo de delação premiada para reduzir a pena.

Segundo 'Veja', o ex-dirigente citou deputados, senadores e governadores.



Reportagem da edição deste final de semana da revista "Veja" afirma que o ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa revelou em depoimentos à Polícia Federal (PF) que três governadores, seis senadores, um ministro e pelo menos 25 deputados federais foram beneficiados com pagamentos de propinas oriundas de contratos com fornecedores da estatal. Segundo a publicação, o ex-dirigente citou, entre outros políticos, os nomes da governadora Roseana Sarney (Maranhão) e dos ex-governadores Sérgio Cabral (Rio) e Eduardo Campos (Pernambuco); do

ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR) e Ciro Nogueira (PP-PI); e dos deputados Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Cândido Vaccarezza (PT-SP), Mário Negromonte (PP-BA) e João Pizzolatti (PP-SC).

Citados por ex-diretor negam

Leia abaixo as versões dos políticos que teriam sido mencionados por Paulo Roberto Costa nos depoimentos.

Sérgio Cabral – A assessoria de Cabral informou que, nos sete anos e três meses como governador do Rio, ele "jamais indicou ou interferiu nas nomeações do governo federal. Tampouco nas decisões gerenciais da Petrobras". "O ex-governador repudia a inclusão de seu nome em qualquer dos fatos supostamente relatados pelo ex-diretor". Segundo a revista "Veja", Cabral informou que sua relação com Paulo Roberto Costa sempre foi institucional e que nunca recebeu dinheiro dele.

Roseana Sarney – Por meio de nota divulgada por sua assessoria, disse repudiar, "de forma veemente e com grande indignação", as referências feitas a ela pelo ex-diretor e publicadas pela "Veja". A governadora afirmou no comunicado que tomará "todas as medidas jurídicas cabíveis" para sua "honra e dignidade". "Nunca participei de nenhum esquema de corrupção e muito menos solicitei ao ex-diretor da Petrobras recursos de qualquer natureza", disse.

Eduardo Campos – Substituta de Eduardo Campos na corrida presidencial, a ex-senadora Marina Silva (PSB) defendeu neste sábado o ex-governador, morto em acidente aéreo no mês passado. "O fato de ter um empreendimento da Petrobras feito no seu estado não dá o direito, a quem quer que seja, de colocá-lo na lista dos que cometeram qualquer irregularidade", afirmou a presidenciável do PSB em Brumado (BA). Mais tarde, em Vitória da Conquista (BA), disse que é preciso aguardar as investigações sobre o caso para evitar que Campos seja vítima de uma "grande injustiça". "Não queremos ver Eduardo morrer duas vezes, por uma fatalidade ou por qualquer tipo de levandade em relação ao seu nome, à sua memória", afirmou. O partido divulgou nota na qual aponta uma tentativa de se "desgastar a imagem de Eduardo Campos" e informa que vai à Justiça para obter cópia dos depoimentos.

Edison Lobão – O G1 procurou o ministro Edison Lobão por meio da assessoria de comunicação, mas não conseguiu contato até a última atualização desta reportagem. Segundo "Veja", o ministro informou que sua relação com Costa sempre foi "institucional". Ele negou à revista ter recebido dinheiro do ex-diretor da Petrobras.

Renan Calheiros – Por meio de nota, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que "nega e repudia as especulações do ex-diretor da Petrobras". A nota diz ainda que as relações do senador com diretores da estatal "nunca passaram os limites institucionais." O presidente do Senado afirmou ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério Público devem "apurar a veracidade das declarações do ex-servidor a fim de esclarecer se o mesmo merecerá ou não o benefício da delação premiada."

Romero Jucá – Líder do governo no Senado nos governos Lula e Dilma, o senador Romero Jucá distribuiu nota, por meio da sua assessoria, para rechaçar a menção a seu nome. Na nota, o senador diz que conhecia Costa de forma institucional e "repudia as insinuações" feitas pela reportagem. "O senador nega ter recebido qualquer recurso por meio do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e que conhece o diretor de maneira institucional.

Ciro Nogueira – A assessoria do PP informou que o partido, presidido por Nogueira, não teve acesso ao depoimento e, portanto, não pode se manifestar apenas com base em informações veiculadas pela imprensa. Segundo a revista "Veja", o senador disse que conheceu o ex-diretor da Petrobras em eventos do partido, mas negou ter recebido dinheiro dele.

Henrique Alves – O deputado Henrique Alves, presidente da Câmara, informou, por meio de nota, que nunca pediu nem recebeu "quaiquer recursos" de Costa. "As insinuações publicadas pela revista Veja, de forma genérica e sem apresentar evidências sobre o meu nome, não podem ser tomadas como denúncia formal nem fundamentada", disse o deputado.

Cândido Vaccarezza – Ex-líder do governo na Câmara, Vaccarezza afirmou em nota que, na ocasião em que foi procurado pela revista, negou "peremptoriamente" qualquer tipo de negociação com Paulo Roberto Costa. O deputado petista, no entanto, argumenta que a reportagem publicou apenas que ele se encontrou "por duas vezes" com o ex-dirigente da estatal. "Reafirmo que nunca fiz qualquer negociação com o Sr. Paulo Roberto Costa; Sempre atendi e vou continuar atendendo a imprensa de forma honesta e verdadeira", diz Vaccarezza na nota.

João Pizzolatti – Em nota, o deputado João Pizzolatti negou "de forma veemente" ter cometido ilícitos. Segundo ele, o conteúdo da delação premiada não foi objeto de "absolutamente nenhuma comprovação". "O Deputado Pizzolatti não se intimidará e nada tem a temer em relação a quaisquer de seus atos, eis que

ao longo de anos de vida pública, séria e honrada, o mesmo sempre só fez demonstrar incansável trabalho e dedicação em prol do povo de Santa Catarina", afirma o texto da nota.

Mario Negromonte – O G1 tentava contato com o deputado até a última atualização desta reportagem. Segundo a revista "Veja", Negromonte não respondeu.

João Vaccari Neto – O secretário nacional de Finanças do PT, João Vaccari Neto, foi citado no texto da revista como responsável pela ponte entre o partido e o esquema de pagamento de propina na Petrobras. Não há detalhes na reportagem sobre como funcionaria essa intermediação. Vaccari divulgou nota na qual nega a acusação. "É absolutamente mentirosa a declaração de que tenha havido qualquer tratativa, seja pessoal, por e-mail ou mesmo telefônica, com o referido senhor a respeito de doações financeiras ou qualquer outro assunto", disse na nota.

O suposto esquema

Integrante da diretoria da Petrobras entre 2004 e 2012, Costa foi preso pela Polícia Federal (PF) durante as investigações da Operação Lava Jato, que revelou um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que teria movimentado cerca de R\$ 10 bilhões. Devido às acusações, ele está preso no Paraná.

O ex-diretor da estatal do petróleo fez um acordo de delação premiada. Os depoimentos de Costa à PF têm ocorrido diariamente, na Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba. A PF não revela o conteúdo dos depoimentos.

A reportagem de "Veja" não detalha o papel que cada um dos políticos mencionados por Costa teve na suposta fraude. O texto diz que, pelo acordo firmado com o Ministério Público Federal, o ex-dirigente teria se comprometido a detalhar o envolvimento de cada um dos políticos no esquema. A reportagem também afirma que os policiais federais e procuradores da República estimam que levará mais três semanas para o ex-diretor da Petrobras esgotar o que tem a dizer.

Outra informação relatada pela revista é de que Paulo Roberto Costa teria admitido pela primeira vez, durante os depoimentos da delação premiada, que as empreiteiras contratadas pela Petrobras tinham, obrigatoriamente, de contribuir para um caixa paralelo que era distribuído a partidos e políticos da base governista. O ex-diretor teria dito, informou "Veja", que cada partido tinha seu encarregado de fazer a intermediação com o esquema de corrupção.

Governo Lula

Segundo a revista, durante os depoimentos dados na superintendência da Polícia Federal em Curitiba, Paulo Roberto Costa afirmou que o esquema na Petrobras funcionou ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também nos dois primeiros anos da gestão Dilma Rousseff.

Ainda conforme a reportagem, Costa afirmou que, a exemplo do que ocorria no esquema do mensalão, a distribuição do dinheiro obtido com os fornecedores da Petrobras servia para garantir que as legendas aliadas continuassem a apoiar o governo federal no Congresso.

A publicação relata ainda que Costa disse, já em seus primeiros depoimentos, que conversava frequentemente com o ex-presidente Lula e que costumava tratar com o petista sobre assuntos da Petrobras. "Veja" diz que o ex-diretor se comprometeu com o Ministério Público Federal a detalhar posteriormente o conteúdo das conversas com o ex-presidente.

Procurada pelo G1, a assessoria do Instituto Lula informou que o ex-presidente da República não comentará a reportagem da revista. (G1)

Mensalão da Petrobras

O ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa entrega à Polícia Federal detalhes e nomes de políticos da base aliada do governo envolvidos naquele que pode ser o maior escândalo de corrupção da história da República

Na noite de sexta-feira 5, a presidenta Dilma Rousseff e o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, convocaram uma reunião emergencial no Palácio da Alvorada, em Brasília. O encontro, em clima de elevadíssima tensão, destinou-se a discutir o depoimento à Polícia Federal do ex-diretor de Abastecimento e Refino da Petrobras, Paulo Roberto Costa, considerado o principal arquivo-vivo da República e detentor dos segredos da maior estatal do País sob o jugo petista. Há poucas semanas, Costa dizia que não haveria eleições neste ano se ele revelasse tudo o que sabe. Desde a sexta-feira 29, ele começou a cumprir sua ameaça. O teor das revelações, vazadas até agora, em regime de delação premiada é nitroglicerina pura. Tão bombástico que um assessor palaciano definiu assim o estado de espírito dos petistas reunidos no Alvorada: "Estão todos atônitos. A crise é séria", afirmou. O depoimento de Paulo Roberto Costa evidencia a existência de caixa dois de campanha no financiamento de políticos aliados do governo Dilma.

Segundo Costa, o PT e seus aliados montaram uma espécie de mensalão 2.0 na Petrobras. O dinheiro desviado, segundo ele, irrigava as contas de governadores, 12 senadores, do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e pelo menos mais 50 deputados integrantes do PMDB, PP e PT, partidos da base de apoio à presidenta Dilma Rousseff no Congresso. Também foi citado por Costa o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Participariam do esquema os senadores Fernando Collor (PRB-AL), José Sarney (PMDB-AP) e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney. O deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), um dos pontos de lança do movimento “Volta, Lula” no Congresso, também teria sido mencionado pelo ex-diretor da Petrobras. “Todo dia tinha político batendo na minha porta”, afirmou Paulo Roberto Costa na delação premiada, com a intenção de dar a dimensão do estreito relacionamento com grandes empreiteiras e parlamentares de diversos matizes. Os políticos receberiam, segundo Costa, 3% do valor dos contratos da Petrobras exatamente no período em que ele comandava o setor de distribuição da estatal, entre 2004 e 2012. Ainda em seu depoimento, Paulo Roberto Costa reconheceu pela primeira vez que as empreiteiras contratadas pela Petrobras eram obrigadas a fazer doações para um caixa paralelo que abasteceria partidos e políticos que apoiam Dilma. Haveria, de acordo com ele, um “cartel de empreiteiras” em todas as áreas da estatal. O ex-diretor da Petrobras ainda mencionou uma conta de um operador do PMDB em um banco europeu. Por causa da citação aos políticos, que detém foro privilegiado, os depoimentos serão enviados à Procuradoria Geral da República. Mas os procuradores afirmam que só irão receber a papelada ao término da delação. A expectativa é de que novos nomes de políticos possam aparecer. (ISTO É)

Para o PT, sem Aécio, Marina venceria no 1º turno

PT avalia que se Aécio desistir, Marina Silva vencerá no primeiro turno

Sempre que Aécio Neves (PSDB) critica Marina Silva, o comitê de Dilma (PT) celebra. E não é porque ajuda a “desconstruir” a candidata do PSB, mas porque torna mais distante a possibilidade de um acordo que tira o sono da cúpula do PT: Aécio desistindo da candidatura, ainda no primeiro turno, para apoiar Marina. Projeções do PT indicam que o impacto dessa aliança poderia levar Marina a vencer no primeiro turno.

Mesmo em dificuldades nas pesquisas, e com a tendência de perder ainda mais eleitores para o “voto útil”, Aécio Neves não cogita desistir.

Esta semana, mesmo sem que isso tenha sido anunciado ou noticiado, Aécio negou que pretenda desistir. Disse estar na briga “para ganhar”.

PT e PSDB se uniram na pancadaria contra Marina, na tentativa de estancar seu crescimento. O excesso poderá “vitimizar” a candidata.

Político experiente e avesso a baixarias, o vice-presidente Michel Temer diverge da estratégia da porrada: “Não vejo necessidade disso”. (CLÁUDIO HUMBERTO)

De novo, o dilúvio

Pelo menos até agora, ninguém ficou chocado com os nomes de políticos revelados na delação premiada do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa. São deputados, senadores, governadores e dirigentes partidários há muito envolvidos em denúncias que, mesmo pouco explicadas, levam-nos à conclusão de sempre: são bandidos. Vale esperar pela divulgação da lista completa para saber da existência de surpresas, ou seja, de supostos arcanjos na realidade demônios.

O que emerge dessa nova temporada de corrupção explícita é a certeza de que o mensalão não morreu. Transfigurou-se. Nos tempos do Lula, os partidos que apoiavam seu governo recebiam propinas engendradas por uma quadrilha formada por bancos, publicitários e altos funcionários do palácio do Planalto. No governo Dilma, mudaram as fontes de irrigação do Congresso com dinheiro podre: agora são a Petrobras e as empreiteiras de obras públicas, mas os beneficiários continuam os mesmos: os partidos da base oficial. Certamente mais amplo, esse novo capítulo da corrupção deslavada aprendeu com os erros anteriores. Agora são contratos superfaturados das atividades da empresa estatal com empresas privadas, com 3% distribuídos pelos políticos, destinados a garantir para o palácio do Planalto maioria no Congresso. Com passagem pela caixa dos partidos e para o bolso de parlamentares e servidores públicos. Livrou-se o Lula, alegando nada saber do mensalão. Deve livrar-se Dilma, com o argumento de ignorar o que se passava nos desvãos da Petrobras. O diabo é que são os mesmos: PT, PMDB, PP, PR, PTB e outros enfiados até o pescoço na lambança da garantia de votos. Os números por enquanto variam: 49 ou 62 deputados? Dois ou quatro governadores? Doze ou quinze senadores? Um ou cinco ministros?

Não se incluirá as empreiteiras no rol das vítimas, coitadinhas que se não cedessem à chantagem perderiam seus contratos. Pelo contrário, lucraram como nunca ao superfaturar o preço de suas obras. Metade para os políticos, metade para elas?

Não escapa ninguém dessa pantomima, a começar pelo PT, que teve seu primeiro tesoureiro, Delúbio Soares, condenado e hoje na cadeia por envolvimento no mensalão. Agora, seu sucessor, João Vaccari Neto, ainda solto. No episódio inicial foi necessário o tacape do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Aguarda-se a borduna de Ricardo Lewandowski, mas garantir, quem garante? Até os presidentes da Câmara e do Senado aparecem na delação premiada do meliante comprovadamente tendo enviado 23 milhões para contas secretas na Suíça, felizmente congeladas por iniciativa do governo daquele país.

Fazer o quê? Fechar a Petrobras, outrora motivo de orgulho de todos nós? Extinguir os partidos políticos? Decretar o recesso do Congresso? Votar o impedimento de Dilma Rousseff, por omissão evidente? Chamar de volta os militares, que tanto mal causaram às instituições democráticas?

Melhor seria convocar o Padre Eterno, com direito à presença de Jeová, Alá, Tupã, Isis, Osíris, Júpiter, Zeus e quem mais mereça em pouco de fé, fazendo-lhes um desesperado apelo: de novo, o dilúvio...

(CARLOS CHAGAS – DIÁRIO DO PODER)

Luciana: partidos ‘do sistema’ liquidam o Estado para privatizar Petrobras

Candidata vê na roubalheira da Petrobras sinal para sua privatização



A candidata à Presidência da República, Luciana Genro (PSol) esteve neste domingo (7) na 37ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), na região metropolitana de Porto Alegre, e comentou a revelação de dezenas de políticos que recebiam propina do esquema de corrupção comandado pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Para ela, as denúncias mostram que “todos os partidos do sistema estão envolvidos em um processo de liquidação do Estado e de privatização brutal dos ativos da Petrobras”. Por meio da assessoria, ela declarou ainda: “Estamos diante de um escândalo de proporções gigantescas, em que os partidos que são governo com Dilma e os políticos que estão com Marina demonstram uma gestão de depredação do patrimônio público e da Petrobras”, disse a candidata.

No local falou sobre a importância de se discutir a política “Este é um local também de política, porque os temas que dizem respeito ao estado e ao país são debatidos aqui na Expointer a partir do embate que existe entre a agricultura familiar, a proposta de se fazer uma reforma agrária no Brasil e o grande agronegócio, que só produz produtos para a exportação e não gera distribuição de renda real” declarou. (FRANCINE MONTEIRO – DIÁRIO DO PODER)

ISSO É MINO PEDROSA

Tubarões na rede

A candidata Marina Silva se reuniu na noite de sábado com a liderança do PSB para tratar da defesa de Eduardo Campos, que está sendo apontado pelo delator Paulo Roberto da Costa como um dos beneficiados no esquema do mensalão da Petrobras. Marina já defende Eduardo com o mesmo discurso do peemedebista Jarbas Vasconcelos. O delator denuncia que o irmão de Eduardo Campos, Antônio, têm empresas com contratos na Petrobras. Diz também que foi Eduardo quem conseguiu os contratos no governo Lula, quando Sérgio Gabrielli presidia a estatal. A presidenciável Marina Silva terá uma tarefa árdua para

desvincular o nome de Eduardo Campos. Esta coluna lembra a publicação com exclusividade do filho do ministro Edson Lobão, Luciano Lobão, que foi flagrado pela Polícia Federal dentro da lancha do doleiro Fayed Trabouse e que abasteceu de bebidas a festa com o helicóptero da família. A PF tem as imagens do helicóptero abastecendo a lancha e o envolvimento de Luciano Lobão com o doleiro em fundos de pensão. Agora, com o depoimento do delator, a Polícia Federal vai se aprofundar mais na Esplanada dos Ministérios e no Congresso Nacional.

Pegando carona

Se a morte do presidiável Eduardo Campos foi uma queda de meteoro na campanha do tucano Aécio Neves, agora, com as declarações do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa, o candidato retomou o discurso e encampou uma agenda positiva atacando o governo por estar mais uma vez no olho do furacão do maior escândalo dos últimos tempos. O tucano cresceu quando estava à frente da CPI Mista da Petrobras e agora vai usar o escândalo para tentar impulsionar a candidatura.

Mudando o foco

Sai do PMDB pernambucano mais uma voz forte para defender a memória de Eduardo Campos. O senador Jarbas Vasconcelos (foto) deixou os companheiros peemedebistas de lado e partiu na defesa de Eduardo Campos ao soltar ontem uma nota dizendo que tudo não passa de uma armação da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula e que Paulo Roberto da Costa fará de tudo para sair da prisão. Para Jarbas, está claro que o objetivo é atingir a candidatura de Marina Silva ao Palácio do Planalto.

Lembrando o passado

Os hoje adversários de Toninho do PSOL mandam recados lembrando os velhos tempos quando ele era conhecido como Toninho do PT e, à época, era administrador da Vila Planalto. Concessões de terrenos na antiga avenida JK, na Vila Planalto, parecem ter esqueletos que tentam sair dos armários para assombrar a candidatura de Toninho ao Palácio do Buriti. Pelo visto, todos os candidatos ao Buriti tem sua pedra no sapato.

Prestação de conta

A candidata Marina Silva faturou de 2011 a 2014 cerca de R\$ 1.6 milhão fazendo palestras. Ela não declara quem fez os pagamentos alegando confidencialidade, mas já se sabe que até empreiteiras contrataram Marina para fazer palestras. Só falta aparecer no recibo dos pagamentos temas como a influência do galho seco na vida social do macaco para justificar as palestras da ecopolítica.

Assunto sério

A presidente Dilma Rousseff está apontando a denúncia do delator Paulo Roberto da Costa como boato. O juiz federal Sérgio Moro vem cumprindo rigorosamente todos os trâmites para evitar brechas que possam anular todo seu trabalho. Aqueles que são apontados e têm foro privilegiado são imediatamente enviados aos Supremo e já tem advogado perdendo o sono porque não consegue encontrar nenhuma falha na condução dos trabalhos de Moro. A presidente Dilma, que está tachando de boato as declarações do delator publicadas pela imprensa, recebeu um recado direto do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, de que a situação é muito séria.

Perdendo em casa

A cúpula da campanha do tucano Aécio Neves contava com a ascensão de Marina casada com a comoção pela morte de Eduardo Campos, mas o que surpreendeu foi a queda de Aécio ficando em terceiro lugar na preferência dos eleitores mineiros. Seu rival e correligionário José Serra comenta nos bastidores o desgaste de Aécio que não consegue fazer o dever de casa em sua terra natal.

A visão do mestre

A candidata pessebista ao Palácio do Planalto, Marina Silva, vem se consultando com o mestre dos mestres na economia, Alexandre Shiekman que indicou Marcos Lisboa para preparar o programa de economia da candidata. Lisboa é muito ligado ao ex-ministro petista Antônio Palocci e chegou a ocupar a secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda no governo do então presidente Lula. Marina Silva vem sendo sabatinada três dias na semana pelo professor Alexandre Shiekman. A notícia causou pânico na presidente Dilma Rousseff que se adiantou entregando a cabeça do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, de bandeja para o mercado. A sertanista tem se mostrado preparada nas questões econômicas e com as aulas do mestre está justificando a segurança com que vem se apresentando publicamente. As declarações da presidente Dilma Rousseff anunciando mudanças na economia fizeram Marina rebater que está tarde demais para mudar o condutor da economia que herdou do presidente Lula, pois não conseguiria segurar o aumento da inflação.

Chutando a canela

O candidato peemedebista ao governo do Ceará, Eunício Oliveira, respondeu ao atual Secretário de Saúde cearense, Ciro Gomes, que as acusações de enriquecimento ilícito serão cobradas na Justiça e a indenização será doada para o tratamento de drogados, já que o Secretário de Saúde teve uma atuação desastrosa no cargo. Eunício chamou Ciro de insano, irresponsável e leviano. Também lembrou uma derrota de Ciro na Justiça por calúnia e difamação, na qual teve de pagar uma indenização a Henrique Santilo.

Desenhando o futuro

O presidente nacional do PSB, Roberto Amaral, tentou convencer a viúva de Eduardo Campos, Renata Campos, a pedir voto para os candidatos do partido. Renata disse que não está preparada e muito menos com disposição. Na verdade, a viúva se prepara para lançar o primogênito da família, que deve começar com a prefeitura de Recife. A presidenciável Marina Silva concorda com a estratégia de Renata Campos e também dará total apoio ao verdadeiro herdeiro do espólio político de Eduardo Campos.

Pagando a mordaca

A estatal brasileira e uma das maiores empresas do mundo, a Petrobras, vem há tempos investindo milhões em mídia. O motivo sempre foi a caixa preta explorada por vários partidos. Agora, a língua afiada do delator e ex-diretor de abastecimento Paulo Roberto da Costa fez ruir toda uma blindagem que vem sendo trabalhada pela estatal para esvaziar o escândalo da operação Lavajato da Polícia Federal. O juiz federal Sérgio Moro espera que o doleiro Alberto Yousseff também aceite o instrumento jurídico da delação premiada. Vale a pena ressaltar que o embrião da operação Lavajato surgiu no porto de Santos, com empresas ligadas ao doleiro lavando dinheiro do narcotráfico. Agora, com tudo junto e misturado, pode até surgir nome de políticos patrocinados por narcotraficantes.

Abaixo da cintura

O candidato pessebista ao Palácio do Buriti, Rodrigo Rollemberg, está apostando pesado nos ataques ao petista Agnelo Queiroz. O PSB, que fez parte da base aliada de Agnelo, carrega na denúncias que serão exploradas no debate global. A estratégia de Rodrigo é explorar os processos que o candidato petista responde no Superior Tribunal de Justiça. Rollemberg quer ver Agnelo fora do páreo e já se coloca como adversário de Arruda no segundo turno.

Emparedados

A lista dos parlamentares envolvidos numa reedição do mensalão está sendo cobiçada por toda a imprensa, mas com certeza repousa nas mãos do procurador-geral, Rodrigo Janot, e do ministro do Supremo Teori Zavascki. Os parlamentares que vinham empurrando com a barriga a CPI Mista da Petrobras, contando que só após as eleições o processo ganharia corpo e força, ficaram surpresos com o vazamento do depoimento de Paulo Roberto da Costa, ex-diretor da estatal. Já está na capa da revista Veja parte dos depoimentos que envolvem a cúpula do PMDB e novamente do Partido dos Trabalhadores. A candidata Marina Silva já responde aos ataques que vem sofrendo por toda os adversários. Marina revela que já existe até CPIs sendo criadas para tentar atingi-la. Com este escândalo na pauta, não há tempo hábil para a defesa da candidatura da presidente Dilma Rousseff, já que tudo aconteceu no período da gestão petista. (JORNAL DE BRASÍLIA)

Rombo cada vez maior - Déficits bilionários põem em risco regimes de aposentadoria de trabalhadores da iniciativa privada e de servidores públicos

A soma dos rombos nos sistemas previdenciários de servidores civis e militares em 2015 deve chegar a R\$ 75,4 bilhões, ou 1,31% do PIB

O sistema previdenciário brasileiro caminha na direção de um colapso. Dados elaborados pelo governo mostram que tanto no Regime Geral, aplicado aos trabalhadores da iniciativa privada, quanto na previdência de servidores públicos civis e militares da União, o déficit entre arrecadação e despesa vai aumentar de forma assustadora nas próximas décadas. O progressivo envelhecimento da população e a falta de controle das despesas colocam em risco o pagamento de aposentadorias a milhões de brasileiros que, se nada for feito, podem ver simplesmente evaporar a perspectiva de amparo na velhice.

No caso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), projeções que acompanham a proposta orçamentária de 2015, encaminhada pela presidente Dilma Rousseff ao Congresso, apontam que a despesa total da autarquia com o pagamento de aposentadoria, pensões e outros benefícios deve passar de 7,52% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 para 13,25% em 2050. Com isso, o rombo nas conta da autarquia saltará de 0,89% para 6,39% do PIB, ou, em valores correntes, de R\$ 51,1 bilhões para R\$ 3,1 trilhões.

Entretanto, esses percentuais poderão ser ainda maiores porque foram utilizadas nos cálculos projeções de crescimento da economia menores do que as estimativas mais recentes. Para 2015, por exemplo, a expansão prevista é 2,5%, enquanto a alta deve ser de apenas 0,5%. Isso significa que a tendência é de o percentual da despesa em relação ao PIB ser maior.

No Regime Próprio da União, mesmo com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), o quadro também é dramático. A soma dos rombos nos sistemas previdenciários de servidores civis e militares em 2015 deve chegar a R\$ 75,4 bilhões, ou 1,31% do PIB. Em 2050, o valor saltará para R\$ 270,9 bilhões.

Mesmo com as projeções encaminhadas ao Congresso, o Ministério do Planejamento sustenta que o déficit da previdência do setor público em relação ao PIB está em queda. Na peça orçamentária enviada ao parlamento, o governo desconsidera os gastos com os militares e afirma que o rombo em 2015 corresponderá a 1,07% do PIB.

Segundo o ministério, a trajetória decrescente começou em 2003, com o fim da paridade entre aposentadorias de servidores ativos e inativos, e foi reforçada pela constituição do Funpresp. Com as mudanças nas regras, a aposentadoria dos funcionários admitidos no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013 passou a obedecer a um teto igual ao aplicado aos beneficiários do INSS. Quem quiser receber um valor maior quando deixar a atividade terá que fazer contribuições ao fundo ao longo da carreira.

Para o Ministério da Previdência Social, a expansão dos rombos no Regime Geral é um reflexo das mudanças demográficas que o país atravessa, ou seja, as despesas do INSS estão sendo afetadas pelo processo de envelhecimento da população.

Mudanças

O especialista em previdência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Caetano explica que os problemas no Regime Geral e no sistema dos servidores da União e dos militares são similares. Segundo ele, é necessário definir uma idade mínima para que um segurado do INSS possa se aposentar. No setor público, já vale a regra pela qual homens só podem requerer o benefício a partir dos 60 anos e mulheres, a partir dos 55. Mas, segundo Caetano, isso não é suficiente. “Elas viverão pelo menos mais 25 anos e eles, 20. O gasto é enorme. Além disso, nos dois regimes existe o problema das pensões por morte. A viúva ou viúvo passar a receber o mesmo benefício do titular”, comenta.

Outra distorção grave, observa Caetano, é que o regime do setor público tem um rombo maior, mas paga benefícios para um número bem menor de pessoas do que o INSS. No Regime Geral, o deficit de R\$ 51,1 bilhões previsto para 2015 resultará de pagamentos feitos mensalmente a mais de 31 milhões de segurados. Já o deficit de R\$ 75,4 bilhões no sistema estatal vai beneficiar pouco menos de 1 milhão de ex-servidores. “Não há só impacto fiscal. Também há uma política que concentra renda na mão de poucos”, alerta.

Na opinião do coordenador-geral do Movimento Brasil Eficiente (MBE), Carlos Rodolfo Schneider, o país precisa promover uma profunda reforma no sistema previdenciário. Ele sugere que a primeira mudança seja feita no pagamento de pensões por morte. Em 2011, afirma, o Brasil gastou 3,2% do PIB com esse benefício, contra 1,3% no Japão, 0,7% nos Estados Unidos, 0,2% no México e 0,1% no Reino Unido. “Se equilibrarmos essa conta e caminharmos para um nível similar ao japonês, poderemos quase dobrar a taxa de investimento público, que corresponde apenas a 2,5% das riquezas geradas no país”, diz.

De acordo com Renato Fragelli, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a sociedade precisa repensar a previdência porque o elevado custo do sistema acarreta perda de competitividade para a economia. Nas contas dele, o Brasil gasta 12% do PIB, se, ao lado do INSS e dos regimes da União e de militares, forem considerados os sistemas de estados e de municípios. “Essa despesa é insustentável. Só países com uma população predominantemente idosa estão nesse patamar. Estamos chutando essa poeira para baixo do tapete.”

Fragelli lamenta que os presenciáveis em campanha não atribuam prioridade ao assunto. “O tema é um tabu. Estão dando uma de avestruz com a cabeça enfiada na terra quando o assunto é previdência”, diz.

Essa despesa é insustentável. Só países com uma população predominantemente idosa estão nesse patamar. Estamos chutando essa poeira para baixo do tapete. Renato Fragelli, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – (ANTONIO TEMÓTEO)

O neoliberalismo saiu do armário

Quem diria! Mal se passaram 6 anos da crise em que as políticas neoliberais afundaram o mundo e eles já estão aí com todo o vigor. A aposta na mão invisível do mercado e na desregulamentação das finanças

quase levou a maior economia do mundo ao colapso em 2008. Os Estados Unidos, a Europa e a economia mundial pagam o preço até hoje.

Não demorou, porém, para que os intelectuais da banca superassem a vergonha e o descrédito, saíssem do armário e recuperassem a autoconfiança para defender a mesma rota do fracasso. Abstraíram 2008 e reaparecem de cara lavada para apresentar as mudanças necessárias na economia brasileira.

Já foi dito que a história se repete, primeiro como tragédia e depois como farsa. Neste caso até os personagens são os mesmos. Vejam vocês, Armínio Fraga! As últimas três campanhas presidenciais do PSDB o esconderam a sete chaves, assim como a FHC. Dizem que há lugares do país que quando seu nome é citado as pessoas correm para bater três vezes na madeira. Dá azar. Incrível, mas Aécio Neves teve a coragem de reabilitá-lo.

Aquele que quando foi presidente do Banco Central elevou a taxa de juros de 25% para 45%! O homem do arrocho e dos banqueiros. Que foi diretor do Fundo de Investimento de George Soros, símbolo da especulação financeira mundial.

E é o mesmo velho Armínio. Diz agora que os salários subiram muito ultimamente e que a redução de juros nos anos anteriores foi "preocupante". Em entrevista à Folha esta semana deixou claro que gostaria de rever as regras do seguro-desemprego, aumentar a idade mínima para aposentadoria e dificultar a concessão de pensões.

Tudo em nome do combate à inflação. Só deixa de dizer que ao fim de sua gestão no Banco Central, no governo FHC, a inflação era de 12,5% ao mês, quase o dobro da atual, que ele julga fora de controle. E isso com juros estrondosos.

Sorte tem o país que o candidato que o anunciou como futuro ministro da Fazenda está praticamente fora do páreo eleitoral.

Mas, como diz o povo mais acostumado a sofrer, desgraça pouca é bobagem. A queda de Aécio foi acompanhada da subida meteórica de Marina Silva. E Marina, talvez no afã de atrair o mercado para seu projeto, tinha já erigido como conselheiro econômico ninguém menos que Eduardo Giannetti da Fonseca. Economista da nata do neoliberalismo brasileiro.

Giannetti tem distribuído por aí a mesma cantilena que arruinou os trabalhadores no Brasil, produzindo desemprego, arrocho salarial e recessão econômica na década de 90. O discurso de Marina é da nova política, mas começa mal ao recorrer à velha economia.

Também em entrevista à Folha, no ano passado, sistematizou sua listinha de desejos: autonomia do Banco Central, readequar a Petrobrás e os bancos públicos nos "critérios de mercado", desatrelar o reajuste das aposentarias ao salário mínimo e por aí vai. O modelo de seus sonhos, disse ele, é o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula (o mandato mais conservador dos governos petistas). Cita como referência as heroicas privatizações e a desregulamentação de capitais por FHC.

Sua obsessão –agora repetida por Marina– é fortalecer o dito tripé macroeconômico. Austeridade fiscal, aumento do superávit primário e livre câmbio. Não é preciso ser economista nem ter sobrenome europeu para saber que isso implica cortes de investimentos e de gastos sociais do Estado. Austeridade fiscal é um nome elegante para dizer corte no orçamento público. Superávit primário é um termo técnico para se referir à reserva de recursos para pagar juros da dívida aos banqueiros, o que, por sua vez, implica cortes orçamentários.

Marina terá que se decidir. Ou quer manter e ampliar políticas sociais e investimentos públicos ou quer fazer cortes. Do ponto de vista lógico tentar conciliar os dois é tão impossível quanto empenhar-se em desenhar um círculo quadrado. Simplesmente não dá. Marina deve a todos esta resposta. Ou está com Giannetti ou está com Chico Mendes.

A reabilitação dos neoliberais, ao que parece, não foi apenas um apelo desesperado do PSDB, mas uma tendência do debate econômico nestas eleições. Não deixa de ser, de algum modo, a volta dos que não foram. Já que os governos petistas –Dilma inclusive– conservaram importantes aspectos neoliberais em sua política econômica. Não por acaso os lucros bancários foram recordes. O pré-sal foi concedido à exploração privada, assim como aeroportos e rodovias.

Mas tragicamente o discurso da mudança entre os principais candidatos não critica esse conservadorismo. Ao contrário, diz que ele foi insuficiente e volta-se contra as limitadas iniciativas de enfrentá-lo. A titubeante redução dos juros básicos, o uso de bancos públicos para baratear o crédito, a atuação das estatais na indução de investimentos e os gastos com assistência social, que não chegam a 4% do orçamento federal.

A crítica é feita pelo viés conservador. E deixa claro que o debate econômico no Brasil ainda é pautado pelo interesse do mercado financeiro. Enquanto for assim teremos de conviver com o eterno retorno dos neoliberais. (GUILHERME BOULOS - FOLHAPRESS)

Licença do trabalho por uso de cocaína dispara em 5 anos no país

Pela primeira vez em 22 anos, o gerente em sistemas de informação Fernando (nome fictício), 36, está sem trabalhar. Ele era coordenador em uma empresa de energia até ser demitido há quatro meses por causa da dependência de álcool e cocaína.

Sua história reflete como o uso de álcool e drogas tem impactado cada vez mais a vida de trabalhadores brasileiros.

Dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) mostram que, de 2009 a 2013, houve uma explosão no consumo de cocaína no país e dos índices de afastamento de trabalhadores, principalmente no Norte e Nordeste, devido ao problema.

O número de auxílios-doença por alcoolismo ou dependência química cresceu mais de 50% em nove Estados brasileiros e no Distrito Federal neste período.

Amapá, Pernambuco, Goiás, Paraíba, Distrito Federal, Pará, Ceará e Mato Grosso lideram o aumento dos pedidos de afastamento.

São casos por uso de álcool, cocaína e seus derivados, como crack e merla, e pela mistura de drogas.

Desde 2009, o afastamento pelo uso dos diferentes tipos de entorpecentes feitos com cocaína cresceu 84,6% no país (o levantamento não diferencia cocaína, crack e merla). Os auxílios por consumo de múltiplas drogas aumentaram 67,3%, e 19,6% devido ao consumo de álcool.

SÃO PAULO

Mais populoso, São Paulo é o Estado com o maior número de auxílios. Foram 42.649 no ano passado, o que representa um aumento de 17,9% em relação a 2009

Alagoas foi o único Estado a ter queda na concessão de auxílio. Segundo o INSS, o motivo foi a queda nos casos de depressão em decorrência do uso de drogas, que também dá direito ao benefício.

O auxílio-doença é concedido a trabalhadores segurados pelo INSS, que não perdem o emprego ao se ausentar. Para pedir o benefício, é preciso comprovar por meio de perícia médica a impossibilidade de exercer a função em razão do uso de drogas.

O valor recebido depende do salário e vai de R\$ 724 a R\$ 4.390,24. Uma vez que o benefício é dado, não há prazo máximo para o encerramento de sua utilização.

De 2009 até o mês passado, o governo federal já gastou mais de R\$ 206 milhões com auxílios-doença para viciados em todo o país.

O INSS forneceu os dados, mas não quis comentá-los.

De acordo com o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, diretor do Inpad (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas), o aumento maior do problema em Estados do Norte e Nordeste ocorreu porque uma rede de distribuição da droga se instalou nos últimos anos na região. "Não teve investimento em prevenção e, com o vácuo da política, quem prevaleceu foram pequenos traficantes."

PODER AQUISITIVO

Arthur Guerra, psiquiatra da USP e do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, afirma que o crescimento do uso de entorpecentes também é puxado pelo aumento do poder aquisitivo no Brasil.

"Quanto mais dinheiro a pessoa tem e quanto mais estressante o trabalho é, mais risco há de se usar a droga", afirma. Segundo ele, a cocaína é uma substância que, quando usada, não causa suspeita. "Se a pessoa bebe, fica meio mole. Com maconha, ri à toa. Com a cocaína, ele consegue ir ao trabalho e fazer algumas atividades."

Os especialistas dizem, no entanto, que os problemas de vício com álcool e drogas não têm uma única causa e se devem a históricos de cada indivíduo e ao contexto social. (REGIANE TEIXEIRA – FOLHAPRESS)